LEVANTA
SACODE A POEIRA E DA A

VOLTA POR CIMA

RUMO AO 59º
CONGRESSO DA UNE

COLETIVO PARATODOS

JUVENTUDE CONSTRUINDO UM NOVO BRASIL!

Apresentação

LEVANTA
SACODE A POEIRA E DA A
VOLTA POR CIMA
RUMO AO 59º CONGRESSO DA UNE

Levanta, sacode a poeira e dá VOLTA POR CIMA. O Coletivo ParaTodos chega animado para o 59° Congresso da União Nacional dos Estudantes (CONUNE), onde celebraremos a volta por cima do povo brasileiro em meio ao negacionismo; ao desmonte da educação; e as fakes news. A democracia resistiu, o povo venceu, demos a volta por cima e o Brasil voltou a ser um lugar onde o governo é o povo e o povo é o governo

O 59° CONUNE representará o maior e mais importante fórum estudantil desta conjuntura, onde vamos pautar o equilíbrio necessário entre a unidade e a diversidade política das organizações sociais, de esquerda e do movimento estudantil. Para o qual escolhemos como tática central a defesa da educação livre e democrática, da ciência, das nossas Universidades e dos nossos estudantes. Defender o Brasil como uma pátria educadora!

Por isso, convidamos os estudantes brasileiros a levantar e dar a volta por cima para conquistarmos o acesso irrestrito e universal a uma educação pública, gratuita, de qualidade, igual e plural ParaTodos e ParaTodas.

O Coletivo ParaTodos na UNE honrou sua tese de 2020: “Lula UNE o Brasil”; protagonizou a Bienal dos Estudantes, os Tsunamis da Educação em meio aos cortes orçamentários do Governo Bolsonaro, ousou organizar os estudantes e fazer o enfrentamento necessário que ecoou a voz dos universitários pelo Brasil e levantou a bandeira Lula Presidente para unir o Brasil.

Vencemos! Então, estudantes, é hora de celebrar a volta por cima, sacudir a poeira, nos unir em todos os cantos do país, e dizer que os estudantes resistem, que se organizam e que lutam por um Brasil feliz de novo. Um Brasil de Esperança.

O 59º Congresso da UNE será, então, o momento de reafirmarmos um movimento estudantil combativo, organizado, plural, com foco na unidade e na defesa irrestrita da educação brasileira. Um Movimento que defenda cada vez mais as nossas Universidades livres, o desenvolvimento do Brasil e nossos direitos! Por isso, vamos juntos com o Coletivo ParaTodos dá a Volta por Cima!

Volta por cima é uma composição brasileira de Paulo Vanzolini e interpretada por Beth Carvalho, renomados artistas brasileiros que por meio do samba transmitem resistência em suas músicas e nas suas formas de representarem a arte.

QUEM SOMOS

Somos o Coletivo ParaTodos, coletivo organizado no movimento estudantil, com 15 anos de atuação na defesa da educação, na luta por direitos e justiça social, pela democracia, contra a desigualdade e que vê na organização da classe estudantil a saída estratégica para a edificação de uma outra sociedade: a socialista! Na luta para garantir a voz da juventude, sobretudo dos filhos da classe trabalhadora, em todos os fóruns e debates educacionais do Brasil.

O nome ParaTodos é inspirado na música “Paratodos”, na qual, o compositor Chico Buarque, ao retratar uma família formada por todas as regiões do país, apresenta as suas diversas características, e ainda, de quebra, dialoga com o mote “Educação ParaTodos”, que é a nossa principal bandeira de luta

Nestes anos de atuação temos reunido jovens estudantes referenciados na Juventude Construindo um Novo Brasil do Partido dos Trabalhadores. Desde então, disputamos os rumos da educação brasileira. Atuamos no movimento estudantil em Grêmios Estudantis, Centros Acadêmicos, DCEs, Diretórios Acadêmicos, UEEs, UMES, Entidades Estaduais Secundaristas, Executivas e Federações de Curso, Associação de Pós-Graduandos, a UNE e a UBES.

Entendemos o papel transformador da educação na estrutura da sociedade e lutamos para que ela seja acessível a todas e todos, que a graduação seja um sonho possível para os que estão nas escolas públicas de todos os cantos do Brasil.

Neste ano, no 59° Congresso da UNE, seremos a voz dos estudantes que não se omitem, que não se calam e que não desistem. Vem, então, com a ParaTodos e vamos juntos dar a volta por cima!

A VOLTA POR CIMA DE NEGRAS E NEGROS

A cada 23 minutos um jovem negro morre violentamente no Brasil. A cada 100 pessoas mortas no Brasil, 69 são negras. Jovens negros mortos asfixiados por seguranças de mercado não geram nenhuma comoção na sociedade. Mulheres negras no Brasil são 58% das vítimas de violência doméstica. As famílias brancas brasileiras têm um rendimento mensal em média 2 vezes maior do que uma família negra. 64% da massa desempregada no Brasil é preta ou parda. 62% da população carcerária brasileira é negra. 38% da comunidade universitária é negra.

Na sociedade capitalista, calcada pelo racismo e exclusão, os corpos negros sempre foram vistos como meros instrumentos. Fomos desumanizados, transformados em máquinas, em seres sem alma. Fomos transformados em uma carcaça vazia sem sentimentos ou desejos. A hegemonia branca tentou destruir nossas raízes, apagar a nossa história e negar o direito ao culto de nossas divindades, ancestrais e reproduzir nossa cultura.

Temos plena certeza que a coalizão golpista e racista nos roubou mais uma vez enquanto povo preto e lutaremos incessantemente até o fim de nossas forças para que a marcha da reparação histórica não retroceda.

A educação no Brasil somente será para todos quando houver universalidade no acesso à educação, do ensino básico ao pós-doutorado, além da garantia das condições de permanência estudantil ao povo preto e pobre deste país. Para além disso, a educação só será emancipadora se permitir ao povo preto e indígena um conhecimento de si e de sua história.

Por isso, entendemos que uma de nossas tarefas primordiais é tocar uma luta central pela defesa e fortalecimento da lei de cotas, pelas políticas públicas de ação afirmativa e pela excelência em pesquisa, ensino e extensão, em um ensino superior cada vez mais democratizado e que garanta a representação social da sociedade brasileira.

A VOLTA POR CIMA DAS MULHERES

A sociedade foi construída sob o patriarcado e, por séculos, a ocupação das mulheres se resumiu a funções domésticas e de cuidado. Ainda que tenhamos avançado, as mulheres brasileiras continuam sofrendo com as imposições de uma sociedade machista e opressora. Nós, mulheres, vivemos momentos difíceis desde o golpe de 2016. Temer e Bolsonaro não mediram esforços para destruir as conquistas do movimento feminista. Os dois anos de pandemia de COVID-19 afetou ainda mais o dia a dia das mulheres. Vimos muitas de nós perdendo a vida pela falta de vacina. Vimos a violência doméstica aumentar. Vimos a violência política se apresentar de várias formas.

O aprofundamento das desigualdades e contradições já impostas na vida das mulheres tornam nossas vidas mais difíceis e a luta feminista mais necessária.

Nesse sentido, é fundamental que as jovens mães tenham o seu direito à educação, de ter uma carreira acadêmica, bem como sua permanência nas universidades, garantidos. As políticas públicas nas universidades brasileiras precisam ser urgentemente pensadas e implementadas para garantir que essas mães tenham o apoio e o acolhimento necessários desde o momento de ingresso na universidade. Isso envolve monitoramento, conscientização do corpo docente e alojamentos familiares que possam comportar essas mães. Além disso, é importante criar espaços para que as mães possam não só exercer sua vida acadêmica, mas também cuidar de seus filhos, como espaços de lazer e brinquedotecas, por exemplo.

A violência doméstica aumentou, especialmente para as mulheres negras, em tendência de crescimento avassaladora. Das 1.206 mulheres vítimas de feminicídio, 61% delas eram negras (2018). Mesmo com a aprovação de leis importantes para a segurança e a vida das mulheres, nos últimos 10 anos o assassinato de mulheres negras aumentou 54%.

Negra e empregada doméstica, Dona Rosana Urbano foi a primeira vítima do coronavírus no Brasil. Ela foi contaminada pelo patrão, que não informou que estava contaminado e não a dispensou do trabalho. Faleceu aos 63 anos em 11 de janeiro de 2020, vítima da herança brasileira patriarcal e escravista.

Por isso, precisamos seguir organizando o movimento feminista. Foi a luta das mulheres que elegeu Lula presidente do Brasil no dia 31 de outubro de 2022. É a luta das mulheres que vai sustentar o governo popular e de esquerda no poder.

Somos nós, através das nossas construções políticas que vamos transformar o Brasil. Nossa luta é continua, seguiremos lutando pelo fim da violência, pela descriminalização do aborto e pela criação de políticas públicas que garantam a sobrevivência de todas nós. Dizemos NÃO ao machismo, ao racismo, à desigualdade social e à violência de gênero, que se perpetuam em nossas vidas. O futuro será feminista, de pele preta e livre ParaTodas!

A VOLTA POR CIMA DAS LGBTQIA+ NAS UNIVERSIDADES

Existir ainda é para nós um grande ato de resistência. O Brasil lidera o ranking mundial de mortes da população LGBTQIA+, a cada 23 horas um de nós morre, muitas vezes de forma brutal. Nossos sonhos são grandes e não cabem no Brasil LGBTQIA+fóbico que tem como projeto a destruição e extermínio das nossas vidas.

Somos os jovens LGBTs que em 2018 lutamos incansavelmente para expor os riscos que corríamos com a possibilidade de eleição do então deputado, que já nos atacava sistematicamente por meio de piadas.

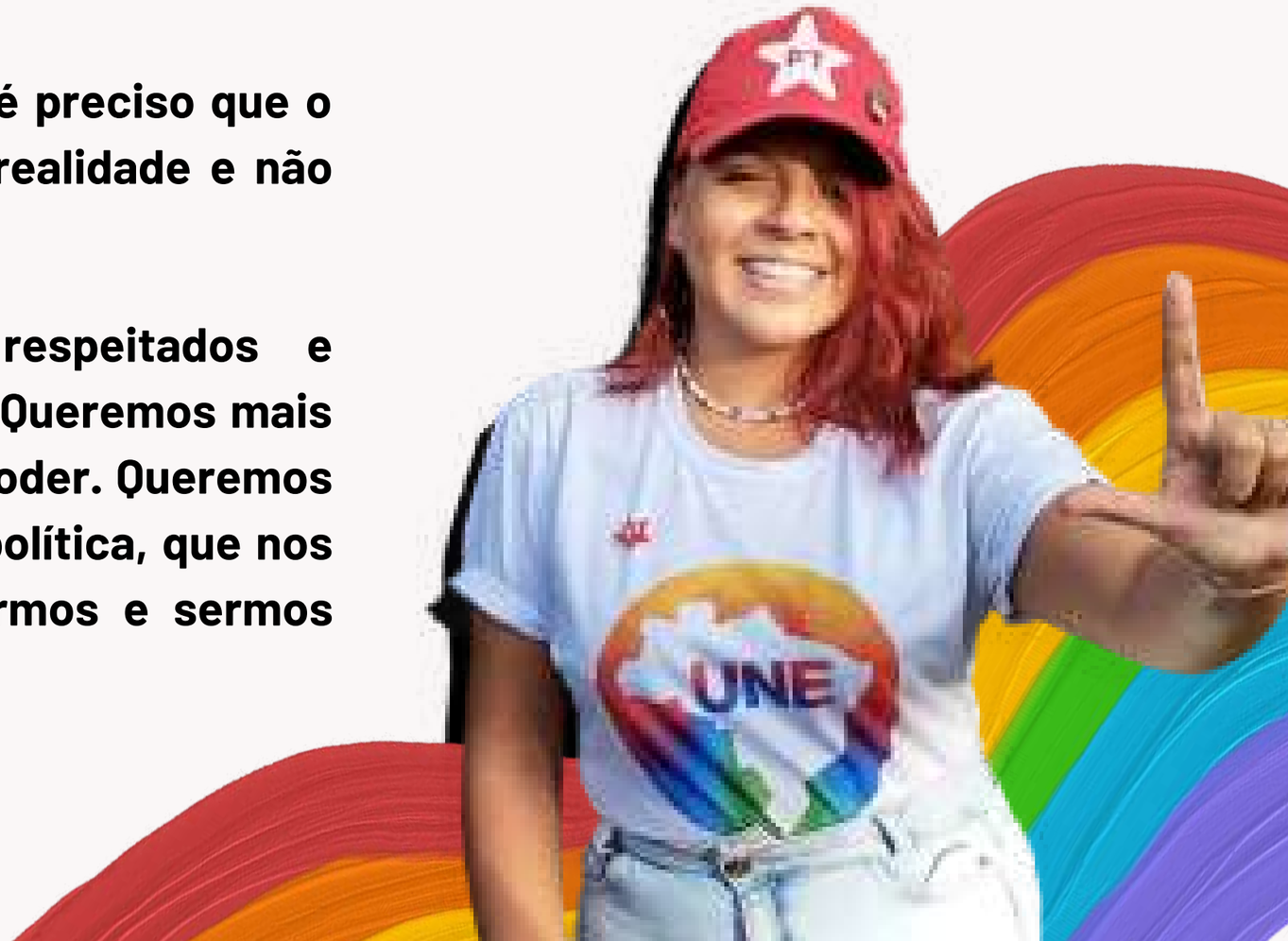
Bolsonaro mostrou a que veio e durante seu governo, usou das ferramentas do Estado para romantizar a LGBTfobia e destruir políticas públicas fundamentais para a garantia das nossas vidas.

No âmbito da educação, enxergamos nas universidades um dos espaços mais importantes de formação, descoberta e expressão de jovens enquanto cidadãos. A universidade deveria ser um território de respeito às diversidades e acolhimento por parte dos educadores, mas a realidade enfrentada não é essa. Agressões, violência e bullying são muitas vezes responsáveis pela interrupção dos estudos de muitos jovens LGBTQIA+.

Estima-se ainda que 70% da população trans do Brasil não concluiu o Ensino Médio, perdendo a possibilidade de entrar no mercado de trabalho e no mundo acadêmico. É necessário que sejam garantidas mais políticas de acesso às universidades para pessoas em maior vulnerabilidade, como é o caso da população de travestis, mulheres e homens trans, e demais pessoas trans. Algumas universidades já adotam cotas para a população T a fim de garantir a conquista de direitos por meio do combate às injustiças.

Não podemos parar o debate na graduação, é preciso que o acesso à pós-graduação também seja uma realidade e não uma exceção.

Lutamos porque queremos viver, ser respeitados e igualmente vistos perante toda a sociedade. Queremos mais LGBTs nas universidades e nos espaços de poder. Queremos uma nova sociedade com uma nova cultura política, que nos permita a dignidade e a liberdade de amarmos e sermos quem quisermos.



JUVENTUDE TRABALHADORA

É imprescindível analisar a conjuntura à luz da juventude, sobretudo a trabalhadora. Entre 2003 e 2015, a juventude viveu o auge da inclusão social, política e econômica. A criação da Política Nacional de Juventude (PNJ) mudou radicalmente a agenda pública ao reconhecer os jovens não mais como problemas em potencial, mas como sujeito de direitos. Nunca antes na história do Brasil, os jovens tiveram tanto protagonismo e possibilidades de escrever a própria trajetória.

Prova disso são os instrumentos criados pelos governos Lula e Dilma, como SISU, as cotas, ProUni, ReUni e FIES; que juntos, promoveram uma verdadeira revolução educacional no Brasil. Contudo, se o momento histórico anterior era de esperança e superação de desigualdades, a realidade vivida desde o golpe de 2016 é adversa.

O governo Bolsonaro destruiu as conquistas sociais, na qual assistimos a um notório enfraquecimento do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), além da ausência de jovens nos espaços de participação e formulação política. De acordo com um estudo IDados - com base na PNAD - a precarização entre os jovens brasileiros é a mais alta do mundo: 8 em cada 10 jovens trabalhadores exercem trabalhos precarizados.

Embora tenhamos avançado com a criação da Lei dos Estágios, os estágios, muitas vezes, acabam se tornando mais uma dessas formas de precarização do trabalho, uma vez que, os estágios obrigatórios não são remunerados e os estagiários ficam sem nenhum direito, e tão pouco sem capacidade de ser tutelado pela justiça.

Por sua vez, as universidades também precisam agir para melhorar essa realidade. É papel do movimento estudantil lutar para que as universidades se organizem para que os estudantes trabalhadores consigam se formar.

É necessário refletir sobre as grades curriculares, sobre horários de Restaurantes Universitários, acesso a universidade, com a finalidade de garantir que os jovens trabalhadores que enfrentam longas jornadas de trabalho também tenham condições para concluir seus estudos. Sem trabalho não conseguem estudar e sem estudar não conseguem romper o ciclo da precarização.

Somado a isso, vivemos a corrosão do tecido de proteção social, com impactos alarmantes; somente em 2020, pelo menos 28% dos jovens enfrentam a escassez financeira para comprar comida. Na educação o quadro também é preocupante; cerca de 56% de jovens entre 15 e 29 anos interromperam os estudos por falta de renda, consequência da pandemia. Com o Novo Ensino Médio, o cenário da juventude tende a piorar. O objetivo desse projeto de mercantilização da juventude tem um só objetivo: impedir a juventude de sonhar com trabalho digno e um futuro de sonhos.

Somos a juventude que constrói o movimento sindical, junto à Articulação Sindical (ArtSind) e à CUT. Entendemos que, mais que nunca, a juventude trabalhadora e os estudantes são a ponta de lança nessa reconstrução. Só assim poderemos devolver à juventude o direito de sonhar e de ser feliz.

Por isso, diante da barbárie que se tornou o Brasil, com destruição de vidas e sonhos, acreditamos que no momento da retomada da esperança, após a vitória nas urnas do Presidente Lula, a saída desta crise passa pela implementação de políticas públicas que sintetize todo o movimento de restauração do Estado, tendo como foco o combate às desigualdades sociais e garantindo um Estado de direitos ao povo brasileiro.

CONJUNTURA

Lutar pela educação e por todo o conjunto de direitos estudantis sob um governo que encara as escolas e universidades como inimigas é um desafio histórico, que exige luta, organização e sobretudo, coragem.

Esta tarefa ficou ainda mais difícil com a crise sanitária que se instalou no mundo inteiro em março de 2020, que fez com que as desigualdades sociais ficassem mais evidentes, agravando a situação dos estudantes em vulnerabilidade social, que não têm acesso regular à internet e a aparelhos eletrônicos. A luta do movimento estudantil teve que se reinventar e se intensificar virtualmente. A digital passou a ser vital para o aprendizado e para a organização estudantil, para que nenhum estudante fique para trás.

O movimento estudantil seguiu firme e presente na vida do estudante e da juventude brasileira, que teve que ressignificar o verbo lutar. Resistimos e vencemos.

A vitória de Lula e do povo brasileiro, nas eleições de 2022, marcam a volta por cima do país, depois do golpe institucional que em 7 anos tem como resultado uma profunda crise social, econômica e política, que foram agravadas em seus últimos 4 anos, sob o governo Bolsonaro.

Nos primeiros 100 dias de governo, o orçamento das Universidades retornou, as bolsas científicas foram reajustadas, as obras paralisadas foram reiniciadas, a reforma do ensino médio vai ser discutida, o Brasil voltou a ter protagonismo internacional e o povo voltou ao centro do poder e das discussões através dos conselhos interministeriais.

Mas, não podemos porém, nos acomodar ou acreditar, que uma vitória nas urnas, significa uma vitória completa contra o conservadorismo neofascista que se aflorou no Brasil nos últimos anos, e sem dúvida tal afirmação é marcadamente comprovada pelos atos de 8 de janeiro que chocaram o Brasil, com cenas de uma tragédia anunciada e incitada orgulhosamente pelo campo bolsonarista.

Precisamos combater urgentemente essa gente que quer à força causar pânico, terror e retrocesso ao país, não toleraremos ameaças golpistas e os vergonhosamente exaltadores da ditadura, e se lá atrás, a democracia desse país anistiou os golpistas, exigimos agora, sem anistia para os que atacam a democracia!

Abaixo o teto de gastos!

Pela reestruturação dos regimes de recuperação fiscal

O Brasil deixado por Bolsonaro, foi um Brasil empobrecido, onde a renda da camada mais pobre da sociedade, vale cada vez menos e representa cada vez mais a população, o que leva automaticamente eleva a crise a economia doméstica do país e nos conduz ao mapa da fome.

Precisamos pautar, de que é função do governo e de todo o aparato institucional do país, convergirem em uma agenda econômica de recuperação da dignidade do povo brasileiro, com responsabilidade, mas que não tenha como centro da política econômica o pagamento dos juros da dívida pública, enquanto milhões de pessoas estão abaixo da linha da pobreza no país e a fome volta a assustadoramente para o lar do povo brasileiro.

Outro legado dos anos de golpe, é o teto de gastos (Emenda Constitucional 95), que limita o teto de gastos e investimentos públicos, que apesar de ter sido burlado diversas vezes pelo governo Bolsonaro para atender ao interesse de garantir estabilidade política através da prática do orçamento secreto, foi mantido a risca no que tange a aplicação de políticas públicas sociais, atacando diretamente o setor da educação e da ciência e tecnologia em cheio, trazendo à realidade das escolas e universidades brasileiras a falta de investimento estrutural, de professores para que se mantenha as atividades de ensino, pesquisa e extensão com qualidade adequada, entre diversos outros retrocessos trazidos à sociedade brasileira.

Por isso, é urgente a revogação da Emenda Constitucional 95 e a construção de um plano de investimentos públicos, que atenda às demandas orçamentárias das escolas e universidades, para que possam exercer as suas atividades, com excelência.

Assim como a EC 95, deixada pelos governos golpistas de Temer e Bolsonaro, os regimes de recuperação fiscal dos estados para com a União, precisam ser revistos urgentemente. Os regimes de recuperação fiscal, são braços asfixiaram o investimento público nos setores de educação e ciência e tecnologia. É importante de certo, que os Estados ajustem as suas dívidas com a união, para que o tão sonhado equilíbrio fiscal seja atingido, mas isso não pode acontecer em detrimento do retrocesso social dos Estados.

É fundamental que o funcionalismo público e as pastas de educação, saúde, ciência e tecnologia e assistência social, saiam dos regimes de recuperação fiscal, para que as políticas de financiamento das universidades estaduais do país possam efetivamente funcionar e que possamos construir um ensino superior com cada vez mais qualidade e capacidade de produzir ensino, pesquisa e extensão.

A necessidade de reestruturação orçamentária e física das universidades

As universidades foram frontalmente atacadas em sua capacidade orçamentária e política, se a EC 95, asfixia a capacidade orçamentária, a política de intervenção nas eleições para reitores promovida pelo governo Bolsonaro, trouxe um total descompasso entre a comunidade acadêmica e a gestão da universidade na maior parte dos lugares onde essa política intervencionista se deu, o que traz um efeito catastrófico para o planejamento da universidade.

Com a vitória de um governo popular, precisaremos reconciliar a universidade pública, com os sonhos dos jovens e adultos das classes populares de todo o país e os seus anseios por um ensino superior popular, democrático e de qualidade.

Para que possamos construir uma universidade pública que seja capaz de acolher e garantir assistência, permanência e conclusão de seus estudantes, precisamos de uma reforma universitária, que coloque a universidade brasileira no século XXI e a prepare para responder às problemáticas da sociedade atual.

Uma das principais problemáticas da sociedade atual é que a universidade precisa ter capacidade de responder, para que se garanta o direito do acesso à educação para todos e que garanta que o quadripé universitário de Ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil funcione com qualidade.

O REUNI precisa ser retomado em seu objetivo principal, que é o de promover a expansão física, pedagógica e acadêmica, garantindo assim a democratização do acesso e a melhoria da qualidade do ensino superior. Nesse sentido, é preciso desenvolver ações que garantam a ampliação da oferta de cursos, a promoção de inovações pedagógicas, o aumento do números de vagas e matrículas do ensino superior e principalmente, o combate à evasão e para isso, precisamos de investimento.

Mas desta vez a luta do movimento estudantil brasileiro, precisa passar também pela diminuição da disparidade estrutural entre as Instituições de ensino superior públicas federais e estaduais e nesse sentido, é fundamental que haja um grande esforço e mobilização, para que o ReUni abarque também as universidades estaduais e municipais do país, diferentemente do que fora anteriormente. Só assim, diminuiremos de fato as desigualdades regionais e democratizaremos ao máximo o acesso ao ensino superior público, garantindo assistência para a permanência das classes populares.

A garantia da assistência das classes populares no ambiente universitário, passa por uma sólida estruturação do PNAES e do PNAEST, tanto em sua regulamentação que hoje em forma de decreto, deixa as instituições de ensino superior públicas, à mercê da vontade política dos governos vigentes, para a garantia do direito à permanência estudantil, por isso nós do Coletivo ParaTodos, acreditamos que será luta fundamental do movimento estudantil brasileiro no próximo período a transformação do PNAES e do PNAEST em Lei, o direito a assistência estudantil, precisa ser tratado como o direito à educação, universal e para todos.

É fundamental também, que o PNAEST, consiga trazer aos Estados a obrigatoriedade de formação de planos estaduais de assistência estudantil, que abarquem não só os estudantes da rede pública, como também os estudantes que são oriundos dos programas sociais que mantém as matrículas na rede privada.

O ProUni e o Fies possibilitaram uma verdadeira mudança no perfil discente das universidades privadas, que passaram a se pintar de povo. A crise econômica que avassalou nosso país durante os governos Temer e Bolsonaro fez com que muitos jovens perdessem o sonho de cursar o ensino superior. Desde a pandemia, a situação de estudantes de instituições privadas tem sido extremamente dramática. De acordo com recentes estudos, cerca de 608 mil alunos trancaram o curso no ensino superior privado. Além disso, a inadimplência também registrou um aumento recorde de 30%. Aliado a essas questões, temos ainda a problemática do Fies, que ao final de 2020, registrava 47% de seus contratos suspensos por ausência de pagamento. Por isso, defendemos o fim do pagamento do FIES e o perdão das dívidas existentes. Educação é direito de todos!

A reestruturação acadêmica das universidades públicas brasileiras

Os anos da pandemia, escancaram o grau da evasão do ensino superior no Brasil em 2021, a taxa de evasão chegou aos 36,6% nas modalidades de ensino a distância (EaD) e presencial da rede privada. O percentual equivale a 3,42 milhões de alunos, segundo dados do Semesp, instituto que representa as mantenedoras de ensino superior no Brasil.

O resultado foi pior só em 2020, quando 3,78 milhões de alunos largaram seus cursos. Nas universidades públicas o cenário é ainda mais alarmante, segundo o Censo da Educação Superior, 54% dos alunos de universidades públicas e gratuitas abandonam os estudos.

O cenário de evasão, sucinta muitos debates, mas sobretudo está relacionado às disparidades econômicas de ter acesso a boa internet e equipamentos tecnológicos de qualidade, como a pandemia nos evidenciou que o processo de educação via mediação tecnológica é importante pontualmente, mas tem dificuldades pedagógicas e de adesão muito grandes, por isso dizemos não aos 40% de ensino a distância no ensino presencial. Precisamos pautar a solução da evasão, em cima de um profundo diálogo entre as instituições de ensino e os órgãos governamentais, para que o estudante tenha cada vez mais capacidade de ser assistido e acompanhado ao longo de sua formação acadêmica.

Entendemos, que não existe universidade, sem que exista o estudante, por isso defendemos a democracia política da universidade, com isso lutamos para que seja garantida eleições paritárias, através da paridade universal para os conselhos superiores e cargos eletivos da universidade, a comunidade discente representa numericamente a grande maioria da comunidade acadêmica das universidades e enquanto está na universidade, também é eleita por voto para representar a sua categoria, desta forma, entendemos que negar o direito a votação paritária é colocar a comunidade estudantil como seres de segunda categoria e está categorização, não deve existir na universidade que queremos construir.

Ainda para garantir a democracia política na universidade e garantir a autonomia universitária, defendemos o fim das listas tríplices para Reitores, e que o governo siga fiel na defesa da autonomia universitária e na defesa da garantia do quadripé universitário, público, gratuito e democratico como uma política de Estado.

O novo ensino médio, as licenciaturas e a universidade

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO É UMA QUESTÃO DE CLASSE!

O NEM não responde aos anseios e necessidades reais da população brasileira atual. O discurso modernizador causa, atualmente, um verdadeiro caos na formação do estudante. Precisamos de uma política de ensino médio que transforme a mentalidade da população sobre as escolas e a educação como um todo, uma política de massas pró ensino médio. Essa mudança não passa pela flexibilização do currículo, mas pelo investimento em construção de salas de aula, melhoria da carreira de professores, melhoria na remuneração de professores, investimento nos cursos de formação de professores, melhoria nas condições de trabalho, políticas de assistência estudantil, expansão das instituições federais de educação. O que o novo ensino médio propõe, apesar de todos os gastos governamentais em propaganda, é mais desigualdade educacional.

O Novo Ensino Médio (NEM) aumenta a carga horária de aulas, fazendo com que alunos que não podem passar esse tempo na escola abandonem os estudos. Além disso, o NEM coloca na mão de adolescentes a decisão de escolher a área de conhecimento desejada, aumentando a pressão sobre estes de terem que decidir o seu futuro com tão pouca idade. Tão grave quanto, na prática, as escolas oferecem poucas possibilidades de percursos curriculares, sem planejamento específico, sem professores especialistas e sem tempo para os alunos estudarem de fato.

Com a diminuição da carga horária de matérias importantes, esse novo projeto colocado em prática vai afetar o conhecimento dos alunos, que perderão conteúdos importantes de História, Geografia e Biologia, por exemplo. Além disso, essa diminuição de horas/aula afeta diretamente o emprego dos profissionais licenciados.

Os cursos de licenciatura, que são, muitas vezes, os mais precarizados das universidade e os com maior diversidade socioeconômica, agora precisam lidar com a nova realidade das salas de aula: a da falta de emprego.

Por isso, é urgente que a União Nacional dos Estudantes, o Movimento Estudantil Universitário e toda a comunidade reflita sobre a Revogação do Novo Ensino Médio. A longo prazo, esse projeto vai excluir estudantes dos espaços universitários. O objetivo do NEM é um só: precarizar e desmobilizar o ENEM, jogando cada vez mais para escanteio o jovem pobre que sonha em entrar em uma universidade.

MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO

A unidade do campo democrático, garantiu a vitória nas urnas e é tarefa do movimento estudantil, entender que será necessário conduzir a unidade dos setores progressistas da educação, para que possamos construir a educação do futuro e disputar a agenda política do país, entendendo que não haverá espaço, para titubear na construção de programas que transformem a cara da universidade brasileira, como foi lá atrás na defesa radical da implementação Lei de Cotas, do REUNI, do ProUni e do FIES.

Sem perder de vista que a universidade brasileira, precisa ser cada vez mais democrática e para isso é fundamental que o movimento estudantil tenha como pauta central a defesa das eleições paritárias para os cargos eletivos da universidade e para os conselhos universitários além de defender o fim das listas tríplices para reitor, é fundamental que a universidade seja capaz de pautar os seus caminhos e lembrar sempre, que não existe universidade sem estudante.

Na quadra histórica em que clamamos pela revogação da reforma do ensino médio, contra o homeschooling do Governo anterior e lutamos pelo fim da EC 95, herança maldita do golpe de 2016, acreditamos que o movimento estudantil precisa pautar não só uma reforma universitária, mas sim um processo profundo de regulamentação e reforma da educação brasileira, que abarque desde o ensino básico até o ensino superior, na construção de um processo educacional emancipador e universal.

A UNE precisa conduzir o movimento, junto das entidades gerais e de base para a ampla mobilização da sociedade brasileira, em torno de uma agenda propositiva de reforma educacional, que paute os governos em direção às mudanças necessárias para que possamos construir uma universidade capaz de responder aos desafios sociais do século XXI.

UNIVERSIDADES FEDERAIS

É tempo de sonhar! As universidades federais passaram por anos de sucateamento e destruição. Os cortes orçamentários, a PEC do teto de gastos e a política anti-ciência instaurada no Brasil fez com que as Instituições Federais de Ensino Superior sofressem duras realidades.

Nos últimos anos, vimos colegas estudantes evadirem dos seus sonhados cursos de graduação devido à falta de assistência estudantil e políticas de permanência eficientes. Vimos as universidades cortarem bolsas de pesquisas, fechar laboratórios e ficar, inclusive, sem dinheiro suficiente para pagar serviços essenciais para o funcionamento.

Além disso, temos ainda hoje, mais de 20 instituições de ensino que são geridas por reitores interventores nomeados por Bolsonaro. As perseguições a estudantes e professores gerou processos administrativos e civis pelo simples fato de nos opormos ao desastroso governo que tentou acabar com as universidades federais.

Resistimos e agora temos uma realidade que nos permite sonhar! A eleição do presidente Lula já nos permitiu colher algumas vitórias para a educação. Nos últimos meses tivemos o aumento no valor das bolsas de pesquisa e a recomposição orçamentária. Por isso, nossa luta agora é pela democratização!

Vamos seguir pressionando o Ministério da Educação pela defesa da lei de cotas, implementação das cotas para pessoas trans, mais campi construídos nos interiores, mais concursos para professores e mais ciência sendo produzida no nosso país! É tempo de construirmos uma universidade para todas as juventudes brasileiras.

UNIVERSIDADES ESTADUAIS

As universidades estaduais do país, tem muitas especificidades pela dinâmica de cada estado, mas certamente tem muitas lutas em semelhante, a primeira delas é pelo financiamento, a política de recuperação fiscal do governo e a política de desoneração do valor da gasolina através da redução do ICMS, afeta diretamente a capacidade orçamentária dos estados e consequentemente das universidades.

Após anos de desinvestimento é fundamental que haja uma recomposição orçamentária das instituições públicas de ensino superior estaduais, além da retirada das mesmas dos regimes de recuperação fiscal, para que possa recompor o quadro docente e manter as políticas de assistência necessária aos estudantes.

Constitui luta fundamental dos Estados, a construção dos planos estaduais de assistência estudantil e das pró reitorias de assistência e permanência estudantil nas universidades estaduais, entendemos que essas duas lutas em conjunto constituem um pilar da luta por assistência estudantil, para que se tenha dinheiro do Estado destinado a financiar as políticas, sem estes dois mecanismos, dificilmente conseguiremos formular e implementar uma política de assistência estudantil sólida e robusta nos estados.

UNIVERSIDADES PRIVADAS

Dos cerca de 8,6 milhões de estudantes de ensino superior no Brasil, mais de 75,8% do quadro geral de matrículas estão na rede particular. Neste sentido, cabe destacar que na última década tivemos no país uma verdadeira revolução no que consiste a democratização do acesso, de modo que políticas afirmativas como o ProUni e o Fies possibilitaram uma verdadeira mudança no perfil das universidades privadas, que passaram a se pintar de povo.

Sabemos, contudo, que não é fácil estudar em uma instituição privada. Ao invés de respeito, muitas vezes os estudantes são vítimas de aumentos de mensalidade sem justificativa, cobranças humilhantes e abusivas, ausência de diálogo com a direção e violação de seus direitos por parte das instituições. Assim, se entrar na universidade já é difícil, permanecer nela é ainda mais.

Desta forma, entendemos que deve ser tarefa primordial da UNE realizar no próximo período um grande processo de discussão e mobilização sobre a necessidade de uma política de assistência estudantil para os estudantes de universidades privadas. A vitória de Lula e o processo de reconstrução do Brasil pelas mãos dos estudantes nos permite lutar por mais direitos estudantis, na qual podemos destacar a jornada pela redução das mensalidades e a suspensão do pagamento das parcelas do FIES, sem esquecer da luta contra a precarização do ensino e da mobilização contra a demissão em massa de professores.

Na nossa avaliação, todos os problemas mencionados têm a mesma matriz de origem: a falta de regulamentação. Sem ordenação adequada e dominada boa parte por um conglomerado de fundos de investimento que atuam na bolsa de valores, o ensino superior privado enfrenta um nocivo processo de financeirização e desnacionalização, onde a lógica existente impõe uma clara submissão do conhecimento à lógica do lucro.

Portanto, é urgente que seja retomado na base o debate sobre a necessidade de uma política de fiscalização e controle de qualidade das instituições privadas, para assim, oferecer respostas ao processo de mercantilização do ensino. Vale mencionar que uma boa parte destas instituições recebe auxílio financeiro do Governo Federal, como é nos casos de FIES e ProUni, portanto, nada mais justo que estejam passivas de um critério de avaliação de ensino rigoroso.

UNIVERSIDADES COM ENSINO EAD

As universidades EaD, hoje, concentram mais da metade do número de matrículas no ensino superior público, segundo dados do MEC. Cabe ao movimento estudantil encarar essa realidade sem pejorativizar a modalidade EaD, que foi largamente responsável pela inserção da classe trabalhadora brasileira no ensino superior, seja ele público ou privado.

Como mecanismo do capitalismo para precarizar a educação. Na política não existe espaço vazio e quando nos ausentamos da responsabilidade de pautar política pública para esses estudantes, estamos negando luta por garantia de direitos a mais da metade dos estudantes do ensino superior do Brasil, por isso, lutaremos para que nos próximos períodos, as entidades gerais do movimento estudantil, no âmbito municipal, estadual e nacional, tenham uma pasta de diretoria de Ensino EaD, para que possamos rearticular a rede do movimento estudantil, promovendo um debate sério, responsável e propositivo e que garanta direitos.

Um desses direitos fundamentais, é o direito ao padrão de qualidade educacional destas Universidades. A precarização do ensino não pode nortear o debate da educação EAD, por isso é fundamental a regulamentação e avaliação periódica do MEC quanto às ferramentas e conteúdos de ensino ministrados por essas Universidades, a fim de garantir dignidade aos estudantes brasileiros

universidade com acessibilidade

O Movimento Estudantil e UNE terão uma difícil tarefa nos próximos anos: chegar a todos os estudantes e aglutiná-los em torno da defesa das universidades, da Assistência Estudantil e da democracia brasileira. Para isso, reformas serão necessárias , tanto pedagógicas, quanto estruturais. Atualmente, os estudantes com deficiência, representam mais de 48 mil matriculados em universidades públicas e particulares do país, mas ainda assim não há uma ampla discussão sobre regulamentos sobre acessibilidade e educação especial nas graduações brasileiras.

Os principais desafios são na ordem da comunicação e na valorização da pauta. Em primeiro lugar, é necessário repensar as diversas formas de comunicação empregadas pelo movimento estudantil ao longo dos anos. É de suma importância garantirmos intérpretes, áudio descritores, legendas e demais formas de comunicação necessárias para tornarmos o debate acessível em todos os espaços políticos e culturais que fazem parte do dia a dia das universidades.

Além disso, é preciso que o Presidente Lula assuma um compromisso com a reconstrução de um Brasil ParaTodos, com políticas de acessibilidade e inclusão como o programa “Incluir”, que garante bolsas para PCDs na graduação, que tem objetivo de promover políticas institucionais de acessibilidade. É preciso ainda pautar a política de cotas para PCDs no âmbito de bolsas de PIBIC, PIRP, PIBID e demais projetos de extensão dentro de nossas universidades.

Nesse sentido, está na hora das universidades incluírem nos cursos de licenciatura, disciplinas sobre educação inclusiva para formar futuros professores aptos para tornar as salas de aula ambientes democráticos. Mesmo com o grande número de estudantes com deficiência dentro das universidades, ainda não vemos políticas de inclusão sendo implementadas de forma eficaz.

É urgente que a UNE paute junto ao movimento de Pessoas com Deficiência a mudança no ambiente das universidades, tornando os prédios e salas de aula espaços acessíveis. Além disso, as universidades precisam de setores específicos para a acessibilidade, com técnicos especialistas para garantir a permanência dos estudantes com deficiência, oferecendo estruturas que forem necessárias, sejam físicas ou tecnológicas

Pela valorização da ciência e da extensão

A ampliação das universidades em todas as regiões do país, bem como o crescimento do número de estudantes universitários não só significa a democratização da educação, mas também a ampliação das práticas de ensino, pesquisa e extensão, essenciais para a produção científica, mas também para a sociedade como um todo. Essas três práticas são as premissas das universidades do país.

As professoras e professores universitários sofreram nos últimos 4 anos diversos ataques. Agora, com a vitória de Lula e da Educação nas eleições de 2022, é tarefa do movimento estudantil se colocar ao lado dos profissionais da educação para reconstruir nossas universidades, pautar mais bolsas de pesquisa (com reajuste!), mais bolsas de permanência e mais campi pelo interior.

Defender o Ensino, a Pesquisa e a Extensão é tarefa do movimento estudantil, visto que está diretamente relacionado à uma formação de qualidade e ao investimento adequado por parte do governo federal.

A liberdade de cátedra dos professores também foi afetada, principalmente a partir das investigações feitas com nomes daqueles professores e pesquisadores que fizeram críticas ao governo ou se manifestaram publicamente. Após a criação dos projetos de "Escola sem partido", vemos que as perseguições aos professores também atinge os professores universitários. Assim, é preciso entender que essas perseguições fazem parte do projeto de desvalorização da ciência e da educação do país.

Em defesa do PIBID, Residência Pedagógica e de todos os projetos de extensão! As universidades não são uma realidade paralela à sociedade em que estão inseridas. Por isso, uma das nossas funções enquanto estudantes é construir essa relação, entender as necessidades, os problemas e buscar soluções para as questões que fazem parte da nossa sociedade.

13 MOTIVOS PARA DAR A VOLTA POR CIMA NA UNE

1. Reconstruir o Brasil com Lula!
2. Defesa das estatais, do bem viver e da nossa soberania nacional
3. Universidade pública, gratuita e de qualidade! Com autonomia universitária, liberdade de cátedra e valorização dos profissionais da educação;
4. Manutenção das cotas de ações afirmativas nos processos seletivos com regulamentação do uso de nome social em todas as burocracias universitárias.
5. A aplicação do PNAES e 10% do pré-sal para a saúde e educação;
6. O fim das mensalidades abusivas nas universidades privadas;
7. O perdão das dívidas do FIES;
8. Assistência estudantil em todas as instituições do país, regulamentando as políticas de permanência nas universidades privadas, estaduais e federais;
9. Políticas de assistência para alunos PCDs! Precisamos de acessibilidades nos espaços físicos e também nos virtuais;
10. Combate a todas as formas de opressões, preconceitos e violência. Na luta por uma sociedade antirracista, feminista e contra a LGBTQIA+fobia;
11. Pela cultura de paz e repúdio à violência nas Instituições de Ensino;
12. Derrubar os interventores de Bolsonaro
13. Defesa irrestrita de uma educação para todos e todas!

LEVANTA
SACODE A POEIRA E DA A
VOLTA POR CIMA

SOU PARATODOS!
VOLTA POR CIMA

Nos momentos mais difíceis, quando não acredito mais

Vai ser sempre o PT, que não te deixa pra trás

Sempre estive com o Lula, hoje não é diferente

Já tirei ele da cadeia

Hoje ele é Presidente

Sou ParaTodos e ParaTodas

Que vai chegando, balançando a UNE toda

E Sergio Moro com sua sentença

Que vá a ~~merda~~, hoje eu tô na Presidência!

LEVANTA
SACODE A POEIRA E DÁ A

VOLTA POR CIMA

COLETIVO PARATODOS | JCNB PT